

ANEXO I

Declaração

1 - Álvaro Domingos Medeiros, titular do cartão de cidadão nº 4972196, residente na Rua Tomás Kim, nº 27, Pinhal de Frades, 2840-356 Seixal, e Fausto de Sousa Felicidade, titular do cartão de cidadão nº 1595995, residente na Rua José Campas, nº 6-2º frente, 1800-236 Lisboa, na qualidade de representantes legais da firma Almefa – Comércio de Peças e Acessórios, Lda, e NIF 502536667, com sede social na Rua Guiomar Torresão, lote 6, Pinhal de Frades, 2840-188 Seixal, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento 2017/300.10.005/28, no valor de 12.195,50 (doze mil cento e noventa e cinco euros e cinquenta centimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada, se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo:

a) Proposta

3 – Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 – Mais declara, sob compromisso de honra que:

a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação da actividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respectivo processo pendente;

b) Não foi condenado por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afecte a sua honorabilidade profissional (ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração. Direcção ou gerência não foram condenados por qualquer crime que afecte a sua honorabilidade profissional.

c) Não foi objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional).

d) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal).

e) tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal).

f) não foi objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do nº 1 do artigo 21º do Decreto-lei nº 433/82, de 27 de Outubro, na alínea b) do nº 1 do artigo 71º da Lei nº 19/2012, de 8 de maio, e no nº 1 do artigo 460º do presente código.

g) não foi objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do nº 2 do artigo 562º do Código do Trabalho.

h) não foi objecto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao